CARTA DA 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

DOUTOR PEDRINHO–SC|21 de Junho|2018

A 1ª Conferência Municipal de Saneamento Básico, realizada no dia 21 junho de 2018, foi uma resposta ao chamamento do Comissão Técnica Municipal de Saneamento e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CONCIDADES.

A Conferência teve como Lema, ""Implementação de Programas, Ações e Metas do Processo de Revisão do Plano de Saneamento Básico". Com este arranjo, buscou atender aos seguintes propósitos fundamentais: discutir e avaliar os Programas, Ações e Metas para a Revisão do Plano de Saneamento Básico de Doutor Pedrinho, viabilizando a interlocução entre a sociedade civil e o Poder Público; sensibilizar e mobilizar a sociedade para o estabelecimento de agendas visando à universalização do acesso aos serviços; realizar o balanço dos desafios, dificuldades e avanços do setor; consolidar a conferência como instrumento de gestão compartilhada e de controle social, avançando na construção desta importante política pública. A Conferência foi precedida de reuniões preparatórias envolvendo quatro eixos temáticos, os quais compõem o conceito de saneamento básico - em conformidade com o Art. 3º da Lei 11.445/2007 - e também constituem os temas estruturais do Plano Municipal de Saneamento Básico, sendo eles: Abastecimento de Água; Esgotamento Sanitário; Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas; Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos. Estas reuniões técnicas propiciaram uma ampla discussão acerca de cada um destes temas e, sobre os quais, foram elaborados como produtos resultantes, proposições orientadoras, objetivando subsidiar os conferencistas. A partir destes eixos temáticos foi constituído um único grupo de trabalho, tendo em vista o número de conferencistas inscritos, onde foi possível abordar as áreas do saneamento básico de forma sequencial, dando origem propostas resultantes do evento. Nesse contexto, os cidadãos de Doutor Pedrinho, reunidos na 1ª Conferência Municipal de Saneamento Básico, estabeleceram um conjunto de proposições para compor a Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, conforme os tópicos a seguir relacionados.

1. SANEAMENTO BÁSICO: ASPECTOS TRANSVERSAIS

Incialmente, realizou-se a leitura do Regimento Interno e após isto, os participantes sugeriram alterações no presente documento para aprovação da mesma. Na sequência, a plenária propôs que o Senhor José Marcos Claudino dos Santos, membro atuante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e da Comissão Técnica Executiva, presidisse a Conferência Municipal de Saneamento Básico, tendo em vista que nos Decretos Municipais nº 10/2017 e 35/2017, existe apenas a indicação de nomeação dos respectivos conselhos. Todos os presentes concordaram com a nomeação e assim pode-se partir para a discussão das dimensões transversais do saneamento básico, onde, os conferencistas entenderam como pertinente a promoção do desenvolvimento institucional do setor, aprovando proposições voltadas à reestruturação administrativa do órgão gestor, à capacitação do seu quadro de funcionários, à efetivação de ações visando à integração entre os vários órgãos

atuantes na área. A consolidação de um sistema municipal de informações em saneamento, bem como a articulação dos cadastros de redes de infraestrutura de abastecimento de água, drenagem urbana e esgotamento sanitário. A plenária pontuou importantes aspectos relacionados ao desenvolvimento urbano no âmbito do município. Os Programas em Educação Ambiental foram enfatizados como fator positivo e que deverão assim como as capacitações com os gestores públicos serem efetivadas de forma contínua, possibilitando a promoção e desenvolvimento do setor de saneamento básico no município.Ainda na esfera municipal, a elaboração de manuais técnicos setoriais para a gestão dos serviços de saneamento básico se traduziu como importante indicação para acompanhamento das ações a serem cobradas pela municipalidade aos munícipes. No que se refere ao contexto regional, foi identificada a necessidade de promover a articulação entre os órgãos públicos (municipais e estaduais) e a sociedade civil, na perspectiva de estabelecer metas regionalizadas para o saneamento básico. A criação de um Fundo Municipal de Saneamento Básico como instrumento financeiro de fomento ao setor também ensejou encaminhamentos, traduzidos na delimitação de repasse de uma porcentagem específica a ser destinada aos eixos do saneamento e ainda a identificação do Conselho que será o responsável por acompanhar o cumprimento e efetivação do mesmo. Além disto, verificou-se a necessidade de revisar o Contrato de Programa entre Prefeitura Municipal e CASAN, no sentido de identificar as prioridades do município quanto ao abastecimento público de água e para o esgotamento sanitário, ponderar se a prestadora de serviços irá assumir o sistema coletivo de tratamento de efluentes. Ademais, quanto ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) no âmbito do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (CIMVI), foram apontados que o prazo para execução das metas estipuladas pelo CIMVI, deverão ser revistas, permitindo assim sua implementação. Finalmente, a plenária ressaltou a conveniência de estabelecer procedimentos participativos na formulação de políticas, no planejamento e na avaliação dos serviços, qualificando-o como instância prévia de controle social e de gestão democrática, em observância aos preceitos da Lei Federal 11.445/2007, que instituiu as diretrizes nacionais do saneamento básico.

2. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Neste eixo temático foram aprovadas 20 proposições, as quais podem ser elencadas de acordo com a seguinte formatação:

Desenvolvimento Institucional

Necessidade de promover o desenvolvimento institucional do abastecimento público, com a capacitação dos envolvidos no setor. Neste sentido, torna-se imprescindível que haja uma maior aproximação entre instituição pública e prestadora de serviço CASAN, quanto aos processos decisórios relativos ao abastecimento público de água. Nos casos dos sistemas individuais de abastecimento, articular as ações da Vigilância em Saúde Municipal, e modo a acompanhar a qualidade da água para consumo.

Manutenção e Operação

As discussões em torno deste tema revelaram importantes problemas relacionados aos sistemas de abastecimento de água, tais como as perdas na distribuição até as residências, assim como a qualidade de água tratada que sofre interferências em

diferentes períodos sazonais e que carece de melhor atenção e sendo assim, têm-se a necessidade da prestadora de serviço realizar melhorias no tratamento de água dos sistemas de abastecimento de água do Centro e do Salto Donner, realizando o tratamento do lodo gerado nas estações de tratamento, investindo na ampliação e substituição das redes, assim como exercendo a implantação de um canal de comunicação que almeje dar publicidade aos serviços prestados no município, além de permitir com que os munícipes possam trazer informações, sugestões e reclamações. Indica-se também que a CASAN possa estar realizando a adequação para licença ambiental das estações de tratamento e respectivas outorgas além de atingir as metas do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) para redução e controle das perdas de abastecimento de água. No quesito do abastecimento de água na área rural, foram aprovadas proposições que continuem investindo na capacitação dos profissionais da Vigilância Sanitária para que auxiliem munícipes destas localidades em relação a utilização de hipoclorito de sódio que são distribuídos pela instituição pública. Além disto, promover a realização de no mínimo seis (06) análises de água na área rural e o monitoramento da qualidade de águas nos mananciais do município em no mínimo duas (02) vezes ao ano.

Aspectos Ambientais

Com relação aos aspectos ambientais foi aprovada a proposição de recuperar, conservar e preservar os atuais mananciais (Ribeirão Uber, Ribeirão Moser, Rio Benedito e Rio Salto Capivari) quanto aos despejos de efluentes de diversas origens, como também, quanto ao despejo inadequado de resíduos sólidos.

Ações Estruturantes e Não Estruturantes

A plenária referendou o documento orientador do eixo temático de abastecimento público de água e dentre as proposições mais frisadas, além da criação do Fundo de Municipal de Saneamento Básico evidenciados nos aspectos transversais do setor, destacam-se a recomendação exercida para a prestadora de serviço CASAN em integrar e divulgar a municipalidade programas, projetos e ações para os sistemas de abastecimento público, permitindo que o Executivo municipal possa fazer parte dos processos decisórios no município. Ainda neste aspecto, a plenária indicou a necessidade de dar continuidade nas divulgações de relatórios periódicos acerca da qualidade dos Sistemas de Abastecimento Público de Água em meios eletrônicos oficiais.

Aspectos Transversais

Elaborar campanhas periódicas e promover atividades com a participação da comunidade relativas à proteção e ao controle dos mananciais.

Solicitação

Finalmente, a Plenária recomendou que fossem instaladas caixas d'água nas residências para evitar que os munícipes fiquem sem o abastecimento público. Neste sentido, sugere-se que a litragem mínima necessária para atender 24 horas de abastecimento, levando em conta o consumo individual de 200 litros por pessoa, seja em torno de 1000 litros por residência.

3. DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS

Nas discussões em torno do eixo temático Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas foram referendadas 13 proposições, as quais podem ser relacionadas em conformidade com o seguinte ordenamento:

Planejamento e Gestão

A relativa ausência de instrumentos de planejamento e gestão motivou recomendações por meio de ferramentas técnicas, operacionais, jurídicas e de planejamento voltadas à elaboração de um manual de planejamento, regularização, projeto e execução dos sistemas de macro e micro drenagem (obras de drenagem), considerando a manutenção e limpeza do sistema de obras públicas e privadas; a elaboração do cadastro dos sistemas de macro e micro drenagem, atualizando-os periodicamente; Programas a execução de pavimentações das ruas de acordo com o convênio estabelecido com o Ministério das Cidades; Adequação do arcabouço legal vigente, indicando às construções urbanas a obrigatoriedade em implantar cisternas, vinculando esta prerrogativa à liberação do Habite-se e por fim, efetivar a regularização dos espaços públicos.

Desenvolvimento Institucional

No aspecto do desenvolvimento institucional do setor de drenagem, têm-se a carência na gestão dos serviços que motivou a realização de capacitação em pelo menos uma vez ao ano, por intermédio de eventos, seminários os cursos, dos envolvidos com drenagem e manejo de águas pluviais urbanas da municipalidade. Com relação aos profissionais relacionados à operação e manutenção das estradas rurais, a plenária indicou que deverá ser exercido um (01) treinamento a cada dois (02) anos. Outro destaque nas proposições é a necessidade de promover a compatibilização do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) com os Planos das Bacias Hidrográficas onde o município estiver inserido, através de estudos e projetos adequando os mesmos a realidade municipal e de desenvolver ações de prevenção de assoreamento dos cursos d'água no município.

Manutenção e Operação

Nesse contexto foram aprovados os seguintes encaminhamentos: Distribuir informativos a população que indiquem o controle de processos erosivos no município; Realização do desassoreamento dos rios assim como a manutenção de toda a rede de drenagem pluvial urbana, além da fiscalização do sistema de licenciamento relacionados às atividades de terraplanagens. A plenária pontuou indispensabilidade de Preservar, conservar e Recuperar margens de rios, córregos ou cursos da água e de implantar sistema de drenagem pluvial nas vias urbanas não pavimentadas e nas novas vias urbanas.

Aspectos Ambientais

Como fatores contributivos para a melhoria das condições naturais dos corpos hídricos levantaram-se a importância de realizar o monitoramento periódico da qualidade da água nos mananciais.

Ações Estruturantes e Não Estruturantes

Dentre as proposições elencadas no aspecto das ações estruturantes e não estruturantes, ressaltam-se a realização de estudos para definir a cobrança dos serviços de drenagem e a aprovação do documento orientador do Eixo Temático de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais. Realizar campanhas de educação ambiental com foco nos programas relativos às ligações clandestinas de esgoto a partir da operacionalização da Estação de Tratamento de Esgoto.

Aspectos Transversais

Realizar campanhas de educação pública e ambiental com foco nos programas relativos às ligações clandestinas de esgoto a partir da operacionalização da Estação de Tratamento de Esgoto e de descartes inadequado de resíduos sólidos no sistema de drenagem.

4. ESGOTAMENTO SANITÁRIO

No eixo temático Esgotamento Sanitário, a Plenária aprovou 22 propostas, as quais podem ser qualificadas de acordo com as seguintes referências:

Planejamento e gestão

Considerando que o município de Doutor Pedrinho possui uma Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, que ainda não está em operação mais passará a atender a população mínima estipulada em projeto, deverá ser considerado primordialmente quem será o responsável pela prestação deste serviço no município. Com esta definição, será possível prever algumas ações mais especificas para o setor, mas a priori, a plenária destacou com base na realidade atual, a necessidade de adequar os documentos para licença ambiental do sistema público de esgotamento sanitário; atender inicialmente a população estimada em projeto; a municipalidade deverá aprovar minuta de lei que obriga o desligamento dos sistemas individuais em locais que contarão com sistema público de esgotamento sanitário; Revisar o procedimento de entrega das redes coletoras de esgotamento sanitário com a efetiva verificação e prestação de informação na forma de cadastro, pela concessionária, ao órgão titular sobre a situação dos imóveis atendidos pela rede; A responsável pelo sistema público de tratamento de efluentes deverá realizar o monitoramento permanente do efluente (bruto e tratado), do corpo receptor, de acordo com as exigências legais assim como deverá institucionalizar o controle efetividade das ligações domiciliares de esgoto relativo aos sistemas já implantados/em implantação, utilizando o poder de polícia do Município quando necessário; Elaborar cadastro das residências atendidas com o tratamento de esgotos, atualizando-o periodicamente. Ademais, deverá monitorar e fiscalizar a área onde estará localizada a ETE, a fim de garantir a qualidade ambiental e social e permitir que sejam realizadas visitas técnicas na ETE. Por fim, tornam-se imprescindível que possam dar publicidade as análises à montante e jusante da estação, publicando eletrônicos oficiais e implantados a avaliação periódica, de parâmetros de qualidade da água nos estuários dos rios no município. Buscando a ampliação dos índices de cobertura, a Plenária entendeu como pertinente a implantação de soluções alternativas para regiões desprovidas de sistema público ou com dificuldade para interligação ao sistema implantado com investimentos

em esgotamento sanitário nestas localidades; Realização de estudos para verificar a instituição de taxa a fim de subsidiar os serviços de regularização dos sistemas individuais de tratamento de esgoto; Disponibilizar (dar publicidade) instruções técnicas para orientação da implantação e operação de soluções individuais particulares em sítio eletrônico oficial da municipalidade; Controle permanente dos sistemas individuais de esgotamento sanitário; Fiscalização dos sistemas individuais particulares no município quanto às normas e legislação pertinente.

Desenvolvimento Institucional

Necessidade de promover o desenvolvimento institucional do esgotamento sanitário, com a capacitação dos envolvidos no setor.

Manutenção e Operação

Neste aspecto foram aprovados os seguintes encaminhamentos: a implantação da rede coletora de esgoto, interceptores e acessórios; a partir da operação da ETE, exercer a manutenção de cadastro georeferenciado do sistema público de esgotamento sanitário e execução das ligações prediais de esgoto na área urbana, elevando o índice de cobertura da população urbana com serviço de coleta e tratamento de esgoto. Além disto, faz-se oportuno proteger os mananciais de especial interesse, com destaque para os destinados ao consumo humano.

Aspectos Ambientais

Proteger os mananciais de especial interesse, com destaque para os destinados ao consumo humano.

Ações Estruturantes e Não Estruturantes

A plenária referendou o documento orientador do Eixo Temático de Esgotamento Sanitário, assim como indicou a criação do Fundo Municipal de Saneamento Básico evidenciados nos aspectos transversais do setor.

Aspectos Transversais

Realizar campanhas de educação pública e ambiental com foco nos programas relativos às ligações clandestinas de esgoto. A realização das campanhas ambientais deve ocorrer com periodicidade de pelo menos uma vez ao ano.

5. LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Neste eixo temático foram consideradas primordialmente as proposições elencadas durante a participação e controle social assim como as determinas pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (CIMVI), através do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PIGRS), elaborados em 2015. Neste contexto, foram aprovadas 16 proposições, sendo que 12 estão relacionadas com as metas do PIGRS. A plenária, após identificar as proposições do CIMVI, ressaltou a necessidade de rever os prazos estipulados para cumprimento das ações. A essência destas proposições aprovadas, podem ser expressas por meio dos seguintes tópicos:

Desenvolvimento Institucional

Necessidade de promover o desenvolvimento institucional de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, com a capacitação dos envolvidos no setor. Sendo assim, a plenária elencou que deverão ser realizados treinamentos com gestores e funcionários municipais que realizam a gestão e a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos do município e ainda, inserir Programa de Educação Ambiental com campanhas específicas para o eixo temático. Exercer duas (02) campanhas: uma com foco na população e outra para alunos da rede pública de ensino.

Esclarecimento

Esclarecimento quanto aos Resíduos de Construção Civil: A plenária reconheceu que a Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho, por meio do Código de Posturas, Lei Complementar n. 75 de 07 de Julho de 2008, indica que a responsabilidade pelo destino a ser dado aos resíduos de construção civil é do gerador. A destinação inadequada é considerada pela Lei Federal 12.305/2010, crime ambiental. Assim sendo, a municipalidade tem a competência de fiscalizar e não de realizar o gerenciamento dos resíduos de construção civil no município.

Metas do PIGRS-CIMVI

As metas estipuladas pelo CIMVI, em seu PIGRS, foram aprovadas pela Plenária sob recomendação de reavaliar os prazos de execução das seguintes ações: Aumento da abrangência geográfica da coleta convencional; Aumento da abrangência geográfica da coleta seletiva; Redução dos resíduos recicláveis dispostos em aterro sanitário com base na caracterização de 2013 de acordo com Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS); Redução dos resíduos úmidos dispostos a aterros sanitários com base na caracterização de 2013 de acordo com PNRS; Utilização de Unidade de Triagem por todos os municípios; Definição e estabelecimento de critérios e indicadores para a cobrança dos serviços de gestão de RSU sem vinculação com o IPTU com legislação específica; Estabelecimento dos acordos setoriais para a logística reversa para os resíduos como pilhas, baterias, óleos, lâmpadas, pneus e eletroeletrônicos; Eliminação das áreas de disposição irregular (bota foras); Destinação de Resíduos de Construção Civil (RCC) para aterros Classe A – licenciados com reservação de materiais para uso futuro; Implantação de área de transbordo e triagem para RCC; Implantação e fortalecimento de redes de comercialização de materiais recicláveis; Gerenciar corretamente os resíduos sólidos dos serviços de saúde conforme normas técnicas e legislação específicas (Resolução CONAMA 358/2005 e ANVISA 306/2004); Gerenciar corretamente os resíduos sólidos industriais, agrossilvopastoris e de mineração conforme normas técnicas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A 1ª Conferência Municipal de Saneamento Básico estabeleceu um marco histórico ao se constituir num fórum de discussões sobre o tema, cumprindo um importante papel no sentido de aprimorar o exercício da cidadania e o controle social em torno do Processo de Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico. Neste sentido, o Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano– CONCIDADES, Senhor José Marcos Claudino dos Santos, agradece a participação de todos os cidadãos e instituições que contribuíram para a realização e qualificação deste evento. Todas as informações acerca da Conferência estão presentes no seguinte endereço:

http://pmsbdoutorpedrinho.wixsite.com/h2sa/conferencia-de-saneamento

JOSÉ MARCOS CLAUDINO DOS SANTOS

Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano